

ILMO. SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª  
REGIÃO.

TKE 015508

Ref. PROCESSO Nº 35.670/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021 .

**TK ELEVADORES BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 90.347.840/0007-03, com endereço na Rua Ouro Preto nº 337/339, Bairro Barro Preto, CEP 30.170-040, através de seu representante legal (procuração anexa), vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no disposto do art. 41 da Lei nº 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

I. **DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO**

1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

O ato convocatório prevê que não será admitida a subcontratação montagem/instalação, no entanto, a subcontratação de não interfere na expertise da empresa contratada, sendo ela a responsável pelos serviços executados, conforme transcrito abaixo:

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Será permitida a subcontratação apenas de serviços técnicos cuja especialização não esteja diretamente ligada às empresas de fabricação, instalação e manutenção de elevadores, como, por exemplo, serviços de obras civis, usinagem, etc. Tais serviços,

geralmente, são executados por empresas especializadas em cada uma das atividades como são o caso de usinagens, acabamento superficial e programação do controle de tráfego e, portanto, há a necessidade de se subcontratar alguns serviços. Tendo em vista que há utilização de considerável parcela de mão de obra subcontratada nestes serviços, o limite para contratação é de 30% sobre o valor global.

(Grifou-se)

Assim, é de suma importância a admissão de subcontratação de instalação no certame. Ocorre que, nesse caso, a subcontratação parcial dos serviços de obras civis, adequações elétricas e montagem dos equipamentos se apresenta indispensável, na medida em que as empresas fabricantes de elevadores não têm como objeto a realização de obras de alvenaria ou civis ou elétricas, mas sim a **metalurgia**, especialidade metal mecânica.

É usual que as licitações com objeto similar admitam a **subcontratação de instalação/montagem**, eis que sem essa providência, **serão afastados do certame os principais fabricantes.**

Deve-se considerar, ainda, que a subcontratação destes serviços em nada prejudica a responsabilidade da empresa contratada pela qualidade e adequação dos mesmos, sendo integralmente responsável pelos serviços executados.

No que tange, a responsabilidade técnica permanecerá da contratada, bem como que o responsável técnico indicado acompanhará e fiscalizará os serviços. A subcontratação, nesse caso, envolve apenas a parcela da mão-de-obra operacional de serviços, em nada implicando sobre o resultado final a que a licitante se comprometeu.

Mister se faz, o reexame do edital impugnado, com a consequente reforma do instrumento nesse aspecto.

## 2. DA GARANTIA CONTRATUAL

O edital prevê que a contratada deverá apresentar garantia contratual no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da assinatura do contrato, conforme cláusula 13 – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA À EXECUÇÃO abaixo transcrito.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA À EXECUÇÃO:

A CONTRATADA deverá prestar garantia à execução, a favor do CONTRATANTE, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme § 2º do art. 56 da Lei 8.666/93, que deverá ser providenciada no **prazo de até 20 (vinte) dias corridos**, contados do início dos serviços pela CONTRATADA, sob pena de ser-lhe imputadas as sanções previstas neste contrato e na legislação vigente, podendo a CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades.

(Grifou-se)

Contudo, a apresentação da garantia neste curto espaço de tempo pode se mostrar inexecutável dependendo da modalidade escolhida pela licitante vencedora.

Exemplificativamente, caso a vencedora opte pela modalidade de seguro garantia, forma usualmente escolhida pelas empresas participantes, a contratada dependerá da assinatura do contrato para encaminhamento da garantia junto à seguradora.

Conclui-se, assim, que é evidentemente inexecutável a obrigação de apresentação da garantia no prazo de estipulado, visto que o contrato assinado é, muitas vezes, condição para obtenção da respectiva garantia.

Dessa forma, para que a obrigação se torne viável, bem como a contratação fique devidamente garantida, é razoável a **concessão do prazo de 30 (trinta) dias** a contar da assinatura do instrumento contratual para apresentação da garantia, independentemente da modalidade escolhida pela parte contratada.

Sendo assim, a ora Impugnante requer seja retificado o ato convocatório, para que conste tempo hábil para apresentação de garantia contratual, tornando a obrigação executável e permitindo a participação do maior número de empresas interessadas no certame.

### **3. DO FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS PARA REESTABELECIMENTO DO FUNCIONAMENTO DO ELEVADOR**

O edital prevê a prestação de serviços de manutenção corretiva com o fornecimento de peças sempre que necessário. Ocorre que, o referido documento prevê o restabelecimento do regular funcionamento de imediato, conforme item a seguir:

4.2. Os atendimentos aos chamados de manutenção corretiva deverão **ser realizados em até 3 (três) horas**, a partir do chamado, quando realizados em dias úteis até as 17:00 horas. Para chamados corretivos realizados nos feriados, finais de semana ou após as 17:00 horas dos dias úteis deverão ser atendidos até as 10:00h do dia útil subsequente.

(Grifou-se)



Ocorre que, em que pese o mercado tenha como costume utilizar-se de estoque de peças usualmente utilizadas na manutenção dos equipamentos, nem todos os componentes possuem condições de pronta reposição. Assim se tornando inviável a reposição no prazo fixado pelo edital para todos os componentes.

Diante disso, recomendamos que **seja considerado como prazo mínimo para reposição de peças para 72 (setenta e duas) horas**, bem como que **seja admitida a reposição de determinados componentes em período superior**, mediante justificativa técnica por parte da licitante.

#### **4. DAS MULTAS CONTRATUAIS – DOSIMETRIA NOS PERCENTUAIS**

O ato convocatório (item 21.1– Das Sanções Administrativas) disciplina a sujeição da contratada a multas moratórias e sancionatórias que, em geral tem como base de cálculo o valor global do contrato.

A soma do valor correspondente a todas as multas de mora está estabelecida na minuta de contrato até o percentual de 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

Assim regula a minuta do contrato:

21.1. A Administração poderá, garantida ampla e prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades.

I. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, aplicável em atrasos de até 30 (trinta) dias, com incidência sobre:

(...)

III. Multa por inexecução contratual parcial de até **15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato**, vigente à época da aplicação da penalidade, de onde tenha



originado a sanção (manutenção ou modernização), conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual.

IV. Multa de até **20% (vinte por cento) sobre o valor total dos contratos** (manutenção e/ou modernização), vigente à época da aplicação da penalidade, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão.

(Grifou-se)

Todavia, considerando que o valor estimado da contratação é de R\$ 1.643.887,00. (Um milhão seiscentos e quarenta e três oitocentos e oitenta e sete reais), usar esse valor global como referência para a aplicação de multas de mora se mostra atentatório aos basilares princípios da proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que o percentual aplicado sobre o valor total do contrato é excessivo e altamente oneroso frente a tipificação definida no contrato.

Nos casos em tela, o percentual máximo de sanção a título de multa de mora, seria num **patamar máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida**, evitando-se assim, desproporcionalidade na aplicação da medida e insegurança jurídica para as empresas licitantes.

A respeito da proporcionalidade das sanções, leciona com propriedade Marçal Justen Filho:

(...) é pacífico que o sancionamento ao infrator deve ser compatível com a gravidade e a reprobabilidade da infração. (...) é dever do aplicador dimensionar a extensão e a intensidade da sanção aos pressupostos de antijuridicidade apurados.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 9ª ed., p. 569.

O TCU, sobre o tema, dispôs:

Estipule, em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, penalidades específicas e proporcionais a gravidade dos eventuais descumprimentos contratuais; Acórdão 1453/2009 Plenário

Assim, requer seja retificado o Edital no que tange à imposição das multas, **alterando seu patamar máximo ao limite de 10% sobre o valor da parcela inadimplida**, para garantia da segurança jurídica das licitantes.

## **5. DA OMISSÃO QUANTO A ADMISSIBILIDADE DE FATURAMENTO DO MATERIAL COM CNPJ DA MATRIZ.**

Outro ponto de relevante análise se refere a necessidade do edital e contrato possibilitar o faturamento do fornecimento de peças através da matriz ou filial onde a contratada fabrica peças. O ato convocatório não dispôs sobre a possibilidade ou vedação de faturamento do material com o CNPJ da matriz quando da participação de filial da empresa no certame.

Esclarece-se que, embora o serviço seja prestado pela filial, quem efetivamente fabricará os equipamentos é a matriz, de sorte que não há razão para que haja impedimento de faturamento da nota fiscal emitida pela matriz quando a filial contratou com o órgão público em questão.

Destaca-se que matriz e filial se referem à mesma empresa, sendo que a primeira produz e fornece o objeto do certame, devendo faturar o equipamento, enquanto a segunda realizará a entrega e instalação do bem fabricado.

Acerca do tema, o TCU *in* Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU apresentam jurisprudência sobre o caso em questão, assim encerrando a discussão:

1

(...) Conceitua-se matriz aquele estabelecimento chamado sede ou principal que tem a primazia na direção e ao qual estão subordinados todos os demais, chamados de filiais, sucursais ou agências.

10. Como filial conceitua-se aquele estabelecimento que representa a direção principal, contudo, sem alçada de poder deliberativo e/ou executivo. A filial pratica atos que tem validade no campo jurídico e obrigam a organização como um todo, porque este estabelecimento possui poder de representação ou mandato da matriz; por esta razão, a filial deve adotar a mesma firma ou denominação do estabelecimento principal. Sua criação e extinção somente são realizadas e efetivadas através de alteração contratual ou estatutária, registradas no Órgão competente.

Art. 10. As Entidades domiciliadas no Brasil, inclusive as pessoas jurídicas por equiparação, estão obrigadas a inscreverem no CNPJ, antes de iniciarem suas atividades, todos os seus estabelecimentos localizados no Brasil ou no exterior.

§ 1º Para efeitos de CNPJ, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, móvel ou imóvel, próprio ou de terceiro, em que a Entidade exerça, em caráter temporário ou permanente, suas atividades, inclusive as Unidades auxiliares constantes do Anexo V, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

12. Conclui-se que o CNPJ específico para a filial decorre somente da obrigatoriedade da citada Instrução Normativa, que impõe à todas as empresas a inscrição do CNPJ de seus estabelecimentos. O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ é composto de oito algarismos, separado por uma barra do número de ordem do estabelecimento e, por fim, após o hífen, dois dígitos de controle. Desta maneira, o número do CNPJ da matriz e da filial são iguais até a barra separadora. Em seguida, faz-se a diferenciação entre os estabelecimentos: /0001 é sempre para a matriz; /0002 para a primeira filial; /0003 para a segunda filial e assim por diante. Os demais dígitos são os chamados de dígitos verificadores, específico para cada estabelecimento.

(...)





20. Pelo exposto, tanto a matriz, quanto à filial, podem participar de licitação e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica. Atente-se, todavia, para a regularidade fiscal da empresa que fornecerá o objeto do contrato, a fim de verificar a cumprimento dos requisitos de habilitação". (Acórdão 3056/2008 – Plenário. Rel. Min. Benjamin Zymler. DOU de 12/12/2008). Grifo nosso.

A decisão citada vai ao encontro da tese ora defendida, tendo em vista que aceita o fornecimento do objeto da licitação tanto pela matriz quanto pela filial, tendo em vista tratar-se da mesma pessoa jurídica.

Há que ser salientado que à participação da filial já é imprescindível a comprovação da sua qualificação mediante a apresentação de uma série de documentos, os quais, muitos, em razão da sua natureza, são emitidos no CNPJ da matriz.

O TCU, nesse sentido, proferiu a **decisão TCU nº 679/1997 – Plenário**, dispondo que:

*m) evite inabilitar participantes de processos licitatórios em razão somente de diferenças entre números de registro de CGC das respectivas matriz e filiais, nos comprovantes pertinentes ao CND, ao FGTS, INSS e Relação de Empregados, quando a empresa interessada comprovar a centralização do recolhimento de contribuições, tendo em vista a legalidade desse procedimento;*

Outrossim, o TCU, no **Acórdão 1.923/2003, Primeira Câmara**, orienta que o contrato deve ser firmado com a vencedora da licitação. Excepcionalmente, quando necessária a execução pela matriz, ela poderá participar do certame, caso haja previsão contratual:

3. Não obstante, pode ser admitida a entrega de bens por filial/matriz, quando essa condição estiver prevista nos atos convocatórios e nos contratos, desde que:

8

- a – a empresa participante da licitação, na situação de líder, comprove, documentalmente, estar em condições de assumir os compromissos em nome dos demais, inclusive para assinar os respectivos contratos;*
- b – as filiais/matriz envolvidas estejam habilitadas no SICAF;*
- c – constem dos contratos os quantitativos a serem fornecidos por cada filial/matriz, conforme o objeto adjudicado a cada um, e mediante notas de empenho específicas. **(GRIFADO)***

Depreende-se do exposto o reconhecimento de que matriz e filiais integram a mesma pessoa jurídica, tanto o é, que estas comprovarão a sua qualificação à licitação com base nos documentos expedidos sob o CNPJ daquela.

Dessa forma, ao ser emitida nota fiscal com o CNPJ da matriz, não obstante o contrato seja firmado pela filial, para que a contratada possa cumprir os pressupostos legais que regem a matéria tributária, sem prejuízo da Lei nº 8.666/93.

Ademais, não existe previsão legal que exija a emissão da nota fiscal, exclusivamente, com o CNPJ que constou na proposta de preços. Logo, fazer tal exigência acarretaria em ofensa às prescrições licitatórias e tributárias.

Isso porque o princípio da legalidade é elemento basilar do regime jurídico-administrativo, considerado a “*diretriz básica da conduta dos agentes da Administração*”. Assim, não pode o administrador furtar-se ao cumprimento da lei, pois sua liberdade de ação deverá ser balizada inexoravelmente por texto legal.

Aliás, pertinente trazer à baila os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello, o qual define com clareza que “*o princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina*”.

Verifica-se que a liberdade administrativa diferencia-se da civil por ser positiva, ou seja, a lei define claramente os limites da atuação do administrador,

enquanto a segunda é negativa, sendo legal todas as ações que não contrariem a lei.

Do ponto de vista licitatório, o artigo 29 da Lei nº 8.666/93 possibilita, ao participante da licitação, que comprove sua regularidade fiscal com documentação **do domicílio ou da sede**.

Portanto, cabe à proponente a alternativa na apresentação de um ou outro, ou seja, tem a licitante a prerrogativa, autorizada em lei, de apresentar **documentação da sua filial ou da matriz**.

Vale salientar, novamente, que **matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas**, pois representam estabelecimentos diferentes pertencentes à mesma pessoa jurídica (TCU, Acórdão n. 3.056/2008 - Plenário).

Outrossim, temos também que a omissão quanto à possibilidade de **faturamento dos equipamentos/serviços em CNPJs distintos, mas da mesma pessoa jurídica**, acarretam menor interesse no pleito do objeto licitado, prejudicando o princípio da concorrência, tão caro à licitação.

Diante do exposto, sem prejuízo da Lei nº 8.666/93, requer seja **admitido o faturamento dos materiais pelo CNPJ da matriz-fábrica e a instalação e prestação de serviços pelo CNPJ da filial**, já que constituem a mesma pessoa jurídica, inexistindo qualquer prejuízo de ordem técnica ou contábil nessa providência.

## **6. FORNECIMENTO DE LICENÇA VITALÍCIA DE SOFTWARES E INFORMAÇÕES PARA EDIÇÃO DE PARÂMETROS**

Nesse sentido, verifica-se que o edital exige, conforme cláusula PRIMEIRA – DO OBJETO da sua minuta, a entrega, pela licitante contratada, de

softwares com todas as senhas necessárias a operação, inclusive edição de parâmetros, conforme segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Parágrafo Terceiro: Os elevadores novos e modernizados deverão conter todas as informações técnicas, recursos e dispositivos que possibilitem que sua manutenção futura possa vir a ser executada por terceiros, sendo terminantemente vedado o fornecimento de quadros de comando, que, para sua operação e/ou configuração de parâmetros, dependam de "hardware" ou "softwares" especiais, não fornecidos, a exemplo de teclados remotos, senhas e validações. Qualquer equipamento e/ou "software" necessário ao seguro e bom funcionamento dos elevadores, a ser fornecido e instalado nos quadros de comando pela CONTRATADA, fica transferido para o CONTRATANTE, em definitivo, para uso exclusivo nos elevadores, independentemente de eventual celebração futura de contrato de manutenção com outra empresa que não seja a fornecedora dos equipamentos/elevadores.

Entretanto, senhores julgadores, verifica-se que a exigência, para uma empresa como a impugnante, bem como, provavelmente, as demais fabricantes do setor, não pode ser atendida na forma exigida pelo edital.

Não há como disponibilizar todos os blocos lógicos dos softwares, de forma aberta, para acompanhamento em tempo real, passo a passo, de toda a sequência lógica de funcionamento.

No caso da TK Elevadores Brasil, os softwares se tratam de patrimônio intelectual, um ativo da empresa, servindo-lhe como um diferencial de inteligência estratégica.

No curso da vigência do contrato, os softwares, obviamente, ficam a disposição da contratada para uso e gestão (conjunta) dos equipamentos, recebendo todas as melhorias e atualizações da área de tecnologia da informação da TK Elevadores, mas ao cabo do contrato, no caso da empresa deixar de dar continuidade aos serviços, os softwares não podem permanecer de forma aberta e disponível para este órgão, com toda a sequência lógica em aberto, por razões de direito e políticas de segurança.

Como ficaria após a vigência do contrato, a questão do direito de propriedade e autorias dos softwares, uma vez que o edital está a exigir, praticamente, a entrega da tecnologia ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região?

Nesse ponto requer-se a análise das considerações expostas e, sendo o caso, a revisão da exigência disposta no edital.

## **II-PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS – DÚVIDAS NO EDITAL**

### **1. DA RESPONSABILIDADE PELAS OBRAS CIVIS**

O instrumento convocatório, da mesma forma, deixa de mencionar o responsável pela execução de obra civil, se for o caso. Nesse sentido, solicita-se esclarecimento quanto à responsabilidade das partes acerca da execução de obra civil.

2

**III - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer seja **conhecida e acolhida** a presente Impugnação, em todos os seus termos, para que Vossa Senhoria se digne retificar o edital nos itens impugnados, com a finalidade de preservar a integridade e harmonia lógica do certame, dentro da legislação aplicável as contratações realizadas pelos entes públicos.

Termos em que pede e espera deferimento.

Belo Horizonte (MG), 02 de dezembro de 2021.



**Representante legal**

**TK Elevadores Brasil LTDA**

CAIO CÉSAR PERDIGÃO M. DE ARÁUJO  
Coordenador Vendas Serviços/MG  
TK Elevadores Brasil Ltda  
CPF: 070.344.366-65